

## Sobre silenciamentos<sup>[1]</sup>

Eliane Grass Ferreira Nogueira<sup>[2]</sup>

**RESUMO:** O presente artigo propõe reflexões e levanta questionamentos a respeito das dinâmicas institucionais das sociedades de psicanálise quanto aos temas do racismo, branquitude e negritude. Apresenta a realidade do número baixíssimo de negros, pardos e indígenas membros dos institutos de formação dessas instituições e o conseqüentemente também baixo número de psicanalistas não brancos. Propõe que a expressão de tal realidade nas instituições psicanalíticas compõe o tecido social mais amplo que também reproduz e expressa a exclusão de negros, pardos e indígenas de determinados ambientes sociais, culturais e educacionais, e procura contextualizar historicamente o movimento que naturaliza tal exclusão e silencia qualquer possibilidade de debate e discussão sobre tais fatos. Como membro e ex-coordenadora do Projeto Ubuntu, da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, programa de bolsas sociais para a formação de psicanalistas negros e indígenas, a autora propõe que políticas afirmativas como essa podem ser um dos instrumentos para fazer frente à injusta exclusão e ao silenciamento diante dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo, políticas afirmativas, branquitude, instituições psicanalíticas

---

1. O presente artigo foi concebido como uma versão escrita da participação da autora na mesa “Humanidades silenciadas” da VI Bienal de Psicanálise e Cultura da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto (SBPRP), realizada entre 18 e 20 de maio de 2023.

2. Psicanalista. Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA) e membro fundador do Projeto Ubuntu (programa de bolsas de formação psicanalítica para profissionais negros, negras e indígenas).

Início agradecendo à Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto (SBPRP) o honroso e carinhoso convite à Comissão Ubuntu, que aqui represento como a primeira coordenadora. Essa comissão é responsável pelo Projeto Ubuntu (programa de bolsas de formação psicanalítica para profissionais negros, negras e indígenas do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre – SBPdePA). Agradeço também em nome de minha sociedade.

Gostaria de dizer que os organizadores da bienal não poderiam escolher melhor título para a mesa, “Humanidades silenciadas”, porque o silêncio é o que marca toda a trajetória do Projeto Ubuntu, que faz três anos em julho deste ano. Essa mesa me toca a alma porque esse *silenciamento* também me pertence, e é uma dor imensa aceitar isso. Espero sinceramente que possamos sair mais humanizados e mais ruidosos deste encontro.

Foi quase óbvio pensar imediatamente na palavra “silêncio” e em seus significados. Ocorreu-me a mitologia, e acabei encontrando Harpócrates, o deus do silêncio, que é egípcio de ascendência helênica, numa fusão de culturas para representar algo que habitava o mundo inferior, o submundo dos deuses. Era retratado como um menino com dedo na boca (originalmente Hórus, símbolo da juventude, filho de Isis e Osíris) e, por um mal-entendido cultural, foi considerado o deus do silêncio, de nome Harpócrates, filho de Isis e Serápis. Os helenísticos se equivocaram ao interpretar o dedo na boca como silêncio e o colocaram para ser aquele que tinha domínio sobre as coisas ditas em confidências e segredos, portanto um deus do subterrâneo (“Harpócrates”, 2021; “Harpócrates: o deus do silêncio”, 2022). Já Tácita, a ninfa romana (que depois se tornou deusa), que também veio do submundo dos deuses, foi punida por falar da traição de Júpiter com Juturna. Foi mandada aos infernos e teve a língua cortada. Salva por Mercúrio, ficou conhecida como a deusa do silêncio, da maledicência e da morte.

O que quero trazer com isso? Que desde sempre o *silenciamento* esconde segredos, aspectos destrutivos do homem, algo que ele não pode denunciar, sob ameaça de punição. Harpócrates foi fruto de um mal-entendido cultural porque provavelmente à época se precisou cultuar algo que estivesse à margem da verdade e da transparência. O erotismo de Hórus menino incomodava porque trazia a oralidade infantil sexualizada. Foi transformado em um Deus mais repressor. Até a palavra “tácita”, no Direito, na expressão “revogação tácita”, significa um *silenciamento*: é aquilo que não tem mais utilidade, já não precisa ser dito.

Quando penso na famosa Lei Áurea, de 1888, lembro da *revogação tácita* e do mal-entendido de Harpócrates. Porque a escravidão nunca foi seriamente discutida, nunca foi falada objetivamente como barbárie, e durante séculos se festejou a princesa Isabel como heroína. A escravidão ficou como aquilo que não precisa ser dito, o que é *tácito*.

E o método do *silenciamento*, vindo de nossos subterrâneos ancestrais, passou a vigorar como divindade. A fusão de culturas, no caso Brasil e Portugal, com a marca do colonialismo, trouxe a ideia de que nada tinha acontecido de grave. Se não temos mais os

negros ou indígenas para escravizar, eles não existem. E o negro em especial foi jogado à própria sorte, visto como sub-humano, como nos fala Deivison Faustino (2022), que também nos ensina: quem criou o preto foi o branco, ao trazer a cor como diferença.

A mesa “Humanidades silenciadas” foi inspirada em Maria Firmina dos Reis, maranhense nascida em 1822, professora e romancista negra que publicou sua primeira obra, *Úrsula*, aos 37 anos. É considerada uma pioneira, e seu romance o primeiro abolicionista publicado no Brasil. Ela era filha de uma negra alforriada e por isso pôde estudar. Ao tentar destacar-se, porém, e mudar o cenário de racismo ao fundar uma escola mista de negros e brancos, foi silenciada e precisou fechar sua escola. Mas ela nunca parou com seus escritos, seus romances, suas poesias, sua verve indomável de uma fala negra que sabia ser necessária. Alguém a escutaria, leria seus escritos, sempre feitos da perspectiva do negro e com o tom de denúncia sobre a escravidão, sempre um risco à época. Trazia a África como um espaço de civilização e liberdade, ao contrário do que apregoavam os intelectuais escravocratas. Firmina era feminista, antirracista, intelectual, romancista, articulista, poeta, escritora e tudo o mais que pudesse ser ou fazer para que os negros tivessem espaços de dignidade. Mas foi brutalmente silenciada, até morrer pobre e cega. Ficou *tácito* que ela não poderia ser ouvida ou lida. Ficou numa espécie de esquecimento literário para o universo da branquitude, no submundo dos deuses, até começar a ser resgatada por ocasião do centenário de sua morte em 2017.

Portanto, está mais do que na hora de resgatarmos parte de nossa história e enfrentarmos o *silenciamento* imposto. E a história do Brasil tem na base o sacrifício do povo negro africano trazido para a escravidão. Foram eles que construíram este país e trabalharam para que os brancos usufruíssem do resultado desse trabalho escravo. Foram 300 anos, três séculos de serventia a nós brancos – se você está achando que não tem nada com isso porque veio da Europa ou de outros lugares, esqueça, lá também houve escravidão. O triste é que fomos o último país do mundo a acabar com essa barbárie. Importante entender como a história realmente aconteceu e por que silenciamos e demoramos tanto a falar sobre isso, a reagir ao que sobrou disso tudo, que é o racismo que está estruturado com raízes sólidas dentro e fora de nós.

Por isso, resolvi deixar um pouco de lado o incipiente conhecimento que tenho sobre racismo e o processo histórico que envolve o tema.

Me cabe aqui falar de outra história, de um outro processo, do racismo estrutural e institucional. No prefácio à edição brasileira do livro *Almas do povo negro*, de William Du Bois (1903/2021), Silvio de Almeida diz que o autor se “lança à investigação dos processos mais profundos de constituição da sociedade e da subjetividade humana” (p. 11). O livro conta a história dos negros na pós-abolição americana e como essa sociedade se organiza para reconduzir a subalternidade dos negros. Portanto, o que veio a acontecer foi que a violência da escravidão foi substituída pela violência do racismo, que se tornou elemento participante de uma sociedade dita “livre”, na qual as instituições colaboravam ativamente para sua manutenção. Esse autor negro

trouxe dois conceitos fundamentais para se compreender o racismo e a branquitude: o “véu” e a “dupla consciência”. O véu impede de vermos a nós mesmos e ao mundo do modo como as coisas realmente são (porque somos todos humanos, mas os negros não são vistos assim; acontece, e não percebemos), e a *dupla consciência* seria, para o negro, uma permanente cisão de se enxergar pelo olhar do outro, nunca sabendo se pode ser o que quer ser, ou o que é permitido quando esse ser dominado por uma sociedade de modos brancos tenta ter sua subjetividade. Do outro lado, se refere a quando o branco cinde para não ver o outro, o negro, como seu semelhante.

Quem também se debruça sobre o racismo institucional é Cida Bento, em seu livro *O pacto da branquitude* (2022), quando se dá conta de que o racismo está aparelhado em todas as tentativas do povo negro de buscar sua cidadania, seja saindo na rua, entrando numa loja, buscando trabalho, tentando coabitar qualquer espaço com o branco, onde invariavelmente será despojado de humanidade e valor. Ela chama essa naturalização do racismo pelos brancos e suas atitudes de proteção de privilégios de “pacto da branquitude”. Para Du Bois, isso se chamaria “*color line*”, ou barreira da cor, em recente tradução (1903/2021).

Então, dito isso, gostaria de me apresentar, ao modo da extraordinária psicanalista Isildinha Baptista Nogueira. Sou Eliane Nogueira, uma racista em desconstrução. Ela diz que, se somos todos racistas, comecemos por admitir e lidar com isso. A branquitude precisa ser falada. Não é só sobre os negros, é sobre o *silenciamento* que os brancos promovem sobre seu racismo. Sou uma mulher branca, criada em ambiente privilegiado e racista. Custei mais da metade da minha vida para admitir que pensava e agia como uma racista. Conseguia, a meu modo, brigar com atitudes extremas que via, me punha em marcha na defesa de direitos humanos, mas não me via racista. Não me via complacente.

Foi numa noite pandêmica, num evento científico da SBPdePA, em 18 de julho de 2020, que tomei meu grande e verdadeiro choque de realidade a respeito do que eu não via, como pessoa e psicanalista. De um lado, pessoas completamente tapadas pelo véu nomeado por Du Bois. De outro, um psicanalista negro atormentado por sua dupla consciência. Essa figura icônica e necessária da psicanálise brasileira, Ignácio Paim Filho, já entendendo a cisão que vivia, chamou para si a responsabilidade de abrir caminho para o debate sobre racismo institucional e fez desse dia um momento histórico e doloroso. Ninguém saiu imune desse dia. Nascia ali o Projeto Ubuntu, com a condução firme da então presidente Ane Marlise Port Rodrigues. Topei o desafio de conduzir um grupo corajoso e fazer a implantação do Projeto. Não imaginava que iniciaria ali um processo de transformação pessoal e profissional. Não apenas meu, mas especialmente meu. Passamos por inúmeras etapas, dificuldades, aprendizados, tropeços, frustrações, oposições. Mas nada comparado ao silêncio. Quão estridente era quando se pronunciava, e até hoje permanece. Ainda assim, vozes potentes se levantavam, dentro e fora de nossa instituição, psicanalistas de todo o Brasil. Foi o que nos manteve de pé.

A pergunta que me faço permanentemente é: como um psicanalista pode não se perceber racista? Se recusando ao assunto ou à ajuda em sua sociedade, como pode ainda achar que isso está bem organizado em sua mente? Algo que hoje está sendo debatido em todo o mundo, que povoa as redes sociais e as comunicações jornalísticas. Será que não entende que os preconceitos e suas marcas pessoais de branquitude nunca foram tratadas em sua análise? Pois é assim que estão estruturadas as nossas instituições. Na marca da branquitude. Não sei se sabem, mas temos hoje em torno de 2% de negros psicanalistas filiados à Associação Psicanalítica Internacional (IPA) no Brasil. E boa parte da branquitude dos 98% nem quer conversar. Me surpreenderia se quisesse, porque ser branco é ter acesso a todo tipo de privilégio sem temor de perdê-lo. Ser negro é não acessar tais privilégios e, se alcançá-los, perdê-los a qualquer momento – e o que é ainda pior, ter que embranquecer para poder mantê-los. Se falarmos sobre os indígenas, os números são igualmente desalentadores, se é que temos esses números com segurança.

Vou contar uma história recente: eu e Ane Marlise, a atual coordenadora do Projeto Ubuntu, fomos à uma reunião com um grande empresário em Porto Alegre, visando doações ao programa de bolsas de formação. Em algum momento da conversa, ele começa a descrever seus funcionários negros e dá início a um show de horrores. Dizia ele:

Tinha uma funcionária negrinha, muito bonitinha, com um cabelão desse tamanho, que usava um batom rosa ou vermelho muito forte, não ficava bem nela. Hoje ela melhorou muito, cortou o cabelo, tá curtinho, bem ajeitadinho, se arruma bem, igual às outras, tá progredindo. Tem uns que conseguem, mas, vou ser sincero, a maioria não tem condições, chance a gente dá. Sabe o atendente ali na frente? Não sabe fazer conta, é muito limitado, vai ficando por ali. Então a gente ajuda muito, dá oportunidades, mas se a pessoa não quer ou não consegue, o que eu vou fazer? Mas nossa empresa é muito avançada nessas questões. Se a pessoa quiser progredir, pode ser preto ou branco, vai conseguir, não discriminamos.

Saimos de lá sem doação e com um embrulho terrível no estômago. Ao chegar em casa, foi automático uma ligar à outra para conversar e nos desintoxicar daquilo. Um racista meritocrata em ação reproduz de uma forma cruel nossa sociedade e suas instituições. O que Silvio de Almeida (citado por Santos, 1983/2021) nomeou como o formato da sociedade racista, na qual em primeiro lugar se ataca a subjetividade do negro.

No entanto, na contramão desse *silenciamento* de muitos e a despeito das inúmeras recusas de pessoas brancas para doação ao Projeto, temos recebido também doações muito importantes. Conseguimos, por exemplo, uma família bastante conhecida no cenário gaúcho que assumiu o compromisso de adotar um bolsista durante toda a sua formação, por cinco anos. Inclusive a parte mais substancial da renda do fundo financeiro do Ubuntu vem de um grupo de doadores psicanalistas de nossa sociedade, que fazem doação mensal, sazonal ou anual, além de colegas de outras sociedades e pessoas “não psis”.

Mas o que mais nos doía era que já havíamos ouvido de colegas algo muito próximo. Quando o Projeto Ubuntu estava em discussão, ouvimos todo tipo de questionamentos e colocações. A maioria que não concordava com o projeto insistia na meritocracia, alegando que “ninguém” pode ser discriminado. Leia-se ninguém pessoas brancas, porque as pretas sempre são discriminadas. Que “todos” deveriam ter a mesma oportunidade. Leia-se todos novamente brancos, porque as oportunidades não chegam às pessoas pretas. A palavra “cotas” gerava um alvoroço imediato, tivemos que parar de falar sobre isso. Na verdade, o *silenciamento* começou no próprio 18 de julho, quando apenas sete pessoas se dispuseram a sentar para pensar o tema. Durante a fase de implantação do Projeto, foi pedido que ele fosse “deixado em silêncio por um tempo”, que não se falasse a palavra “reparação”, que não se fizessem tantos eventos, que não se divulgasse o nome do bolsista, que não fizéssemos coisas que poderiam causar “prejuízo” à nossa sociedade, que os negros nunca tinham sido impedidos de entrar para a formação (embora não houvesse nenhum estímulo específico para trazê-los), que o objetivo de uma instituição psicanalítica é o ensino e a produção de psicanálise, e as questões sociais podem ser debatidas, mas não precisam virar ajuda financeira. A lista é grande demais para seguir... mas, percebam, sempre o *silenciamento*.

Ainda que o Projeto Ubuntu tenha sido aprovado por unanimidade para ser incorporado no estatuto, o silêncio nesse dia foi impressionante. Era abril de 2021 e algumas pessoas tinham o semblante pesado, chateadas com o fato de que, se votassem contra, seriam taxadas de racistas. Difícil explicar nessa hora que a questão é mais ampla e muito mais inconsciente do que imaginamos, como nos aponta Isildinha Nogueira (2021) quando responde que, no racismo, o inconsciente tem cor. Porque ninguém ali seria afetado pela presença de um bolsista negro, a não ser pelo fato de ele ser negro e ter uma bolsa paga por brancos. Ou seja, uma nítida quebra de privilégios.

Vale ressaltar que o trabalho de captação de recursos é feito pela Comissão Ubuntu, e o dinheiro que o Projeto recebe da sociedade é de porcentagem de eventos com a comunidade (com maior percentual), de eventos científicos (com menor percentual) e de seus próprios eventos – nada sai diretamente do bolso do associado, não gera “prejuízos”. Ao contrário, nossa instituição tem se destacado, no cenário nacional e também no internacional, por conta desse Projeto, que acaba de ganhar o Prêmio IPA Awards, pelo Comitê de Preconceitos, Discriminação e Racismo.

Inacreditável que boa parte dos psicanalistas brasileiros não perceba o momento em que estamos imersos. Porque o silêncio segue impiedoso na nossa e na maioria das instituições psicanalíticas do Brasil. Temos hoje quatro federadas (de 18) com projetos em andamento ou em configuração. Soube que uma delas é a SBPRP, já com seu projeto pronto. Orgulho e alegria de estar aqui partilhando com vocês essas conquistas urgentes e humanitárias. Em algumas federadas, ainda nem existe essa discussão. Em outras, as tentativas de viabilizar projetos de ações afirmativas antirracistas, mesmo tendo sido discutidas, não foram sequer aprovadas para seguimento pelas assembleias dos membros efetivos, que em sua maioria não

conhecem quase nada nem se interessam pelo tema de racismo e preconceito, não leem autores negros e não terão sua vida ou sua carreira afetada por esses projetos. Mesmo assim, não querem e votam contra. Por quê? Gostaria sinceramente de discutir abertamente com pessoas que não concordam com essas ações, gostaria que se manifestassem. Por quê?

Lembrando que, quando Freud (1917/1996) fala em resistência, pressupõe que haja conflito latente. Não nos percebemos colonizados, mas esse é o nosso “DNA”. Perder essa identificação colonizada e adentrar num modo mais nativo e humano de pensar requer sacrifícios, perda de privilégios, reflexão do que nos tornamos sem perceber. A reserva de mercado que detemos enquanto brancos é monumental, e não estamos dispostos a dividir. Como diz Ignácio Paim Filho em seu livro *Racismo: por uma psicanálise implicada* (2021), “o povo branco sabe que o conhecimento é poder e é também agente de ruptura do status quo: capaz de libertar e romper paradigmas da ordem cultural” (p. 67). Juliano Moreira e Virgínia Bicudo tentaram essas rupturas, mas é muito recente o movimento antirracista nas instituições psicanalíticas do Brasil. O *silenciamento* na psicanálise brasileira já dura quase 90 anos...

Temos ouvido com insistência que o que mais incomoda os psicanalistas é quando denominamos de racial, e não social, o Projeto Ubuntu. E a resposta é simples: porque não temos negros nas sociedades psicanalíticas e, se abrimos bolsa social, novamente teremos pessoas brancas dominando a seleção, como comumente vemos em todas as áreas, porque o negro se cria sem autoestima e sem oportunidades de melhorá-la, se cria em ambientes nos quais lhe será imposta a servidão. Importante entender que não é uma caridade, é uma reparação, e por isso a bolsa é paga. Esse é o único projeto de que se tem notícia no Brasil, na América Latina, e ainda não sabemos se existe outro assim no mundo, de bolsas raciais subsidiadas. As pessoas estão muito incomodadas com isso. Mas é exatamente o que queremos: trazer para debate o elitismo em que se embretou a psicanálise, e a rede de privilégios que criou ao seu redor, que teima em não expandir. Os negros não frequentam instituições psicanalíticas, não fazem formação, não são nossos pacientes. Nossos valores de consulta não contemplam a população negra e indígena, e, ainda que essas pessoas tenham condição financeira de fazer análise ou formação (e muitas têm), não se sentem acolhidas. Na maioria das instituições não existem analistas negros para análise, e muitos pacientes negros queriam ser ouvidos por alguém que saberia ter uma empatia direta. Alguém que não se reporte a Harpócrates.

Por fim, falemos da parte mais bonita do presente tema, que é a expressão “humanidades”. Aquilo que nos encontra com o outro, aquilo que nos desperta a continuidade da vida, de quem tem consideração, como queria Winnicott. Pessoas sem expressão, sem voz, sem valor, sem poder tendem a permitir que alguém fale em seu lugar. E isso só pode existir pela violência e pela capacidade destrutiva do humano. Humanidade e violência não coabitam o mesmo espaço.

Convoco os meus colegas psicanalistas a ler uma fala de Jurandir Freire Costa (1982),

esse brilhante pensador brasileiro, citado no livro de ninguém menos que Neusa Santos Souza (1983/2021):

Pensar que a psicanálise brasileira, para falar do que nos compete, conviveu durante tanto tempo com esses “crimes de paz”, adotando uma atitude cúmplice ou complacente, ou, no melhor dos casos, indiferente, deve conduzir-nos a uma outra questão: que psicanálise é essa? Que psicanalistas somos nós?

De Wilhelm Reich, todos conhecemos a exortação que se tornou quase um símbolo de alerta contra a alienação: *Escuta, Zé Ninguém!* De Fanon, também conhecemos a mensagem vigorosa, emitida no mesmo diapásão: *Escuta, Branco!* Deste trabalho, parece surgir agora um apelo de timbre idêntico: *Escuta, Psicanalista!* (p. 44)

E, se me ouvem como psicanalistas, chamo atenção para Freud (1920/1996) em sua concepção de pulsão de morte tomando a via da pulsão de destruição, aí resgatada por André Green (2010/2022), que vai se aliar e ao mesmo tempo criar embates com Eros para produzir a dança disruptiva dos fenômenos vitais. Sem a força disruptiva do demoníaco que nos habita, não desafiamos o conhecido, o que já está. Se aliado a Eros, concentram-se duelos criativos na mente e na força motora pulsional. Quando essa “dança/embate” não ocorre, a força destrutiva vaga na mente em direção a um alvo que esteja gerando desprazer. O ambiente faz o resto, e é nesse momento que o preconceito toma força, pois a marca do ódio ao diferente encontra a ligação com o meio racista, de eugenia. Eros entra como elemento secundário, pervertendo a descarga do desprazer. No texto “Sobre a transitoriedade” (1916/1996), Freud retoma a travessia do trabalho do luto para o processo de amadurecimento do sujeito. Invoca a estrada dolorosa que se impõe ao sujeito incipiente para deixar suas identificações narcísicas e tornar-se um sujeito marcado pelas falhas narcísicas transformadas em identificações edípicas. São estas que vão marcar a possibilidade do sujeito de tornar-se um ser social, que vê o outro, que lhe cede o lugar (Paim Filho, 2021). Aquele que em algum momento renunciou, viveu um mal-estar e tornou-se aquele que vê, que suporta.

E retomo, para finalizar, meu processo de desconstrução, propondo que pensemos juntos sobre o que é se desconstruir. Creio que o primeiro passo é sair do narcísico (suportar apenas o igual) para o sujeito castrado (o diferente), e avançar, como quis Freud (1916/1996): vencer a guerra pelo luto, demonstrando a fragilidade que escondemos. O próximo passo é estudar o que não queremos, aquilo que negamos ou evitamos, para ao final podermos abraçar o pretense inimigo num apelo disruptivo como só os poetas sabem fazer. Hoje, três anos depois do início de meu processo de desconstrução, sinto-me um pouco mais em dia com minhas humanidades. Quero pensar esse processo sem epifanias e sem ilusões. Mas com realismo, como queria o pioneiro Frantz Fanon (1952/2020) quando alertou para o perigo do duplo narcisismo.

Sei que o propalado racismo e machismo gaúcho não ajudam muito (muito menos meu sotaque ríspido), mas eu tenho tido inspiração nos embates com negros e negras (e espero que em breve com indígenas) que me situam o que ainda não sou.

Saber que estou pensando, e que posso fazer pensar a outros que não tinham ideia de como sua branquitude cegava e silenciava sua humanidade, já deu cor a esses momentos tão transformadores vividos em Ribeirão Preto. O silêncio leva perversamente à indiferença e ao apagamento. Então, que nossas humanidades não sejam silenciadas.

*Ubuntu* a todos – que significa, na filosofia africana, “eu sou porque nós somos”!

---

### Sobre silenciamentos

**Resumen:** El presente artículo propone reflexiones y presenta cuestionamientos al respecto de las dinámicas institucionales de las Sociedades de Psicoanálisis brasileñas sobre el tema de racismo, blanquitud y negritud. Presenta la realidad que señala un número bajísimo de negros, pardos e indígenas que sean miembros de los institutos de formación de estas instituciones psicoanalíticas brasileñas, con el consecuente también bajísimo número de psicoanalistas que no son blancos. Propone que la expresión de esta realidad en las instituciones psicoanalíticas compone el tejido social más amplio que también reproduce y expresa la exclusión de negros, pardos e indígenas de determinados ambientes sociales, culturales y educacionales. Además, busca contextualizar históricamente el movimiento que naturaliza tal exclusión y silencia cualquier posibilidad de realizar un debate y discusión sobre los mencionados hechos. En calidad de miembro y excoordinadora del Proyecto Ubuntu, de la Sociedad Brasileña de Psicoanálisis de Porto Alegre (Brasil), que se trata de un programa de becas sociales para formar académicamente a psicoanalistas negros e indígenas, la autora propone que las políticas afirmativas como esta mencionada pueden ser uno de los instrumentos para enfrentar y modificar la injusta exclusión y el silencio que cubre como un manto esta realidad.

**Palabras clave:** racismo, políticas afirmativas, blanquitud, instituciones psicoanalíticas

### On silencing

**Abstract:** This article proposes reflections and raises questions regarding the institutional dynamics within psychoanalytic societies concerning issues of racism, whiteness, and blackness. It addresses the extremely little presence of Black, Mixed-race, and Indigenous individuals within the training institutes of these institutions, and consequently, the disproportionately low number of non-White psychoanalysts. The article suggests that the manifestation of this reality within psychoanalytic institutions is intertwined with the broader social fabric that also reproduces and manifests the exclusion of Black, Mixed-race, and Indigenous individuals from certain social, cultural, and educational environments. It also seeks to historically contextualize the movement that normalizes such exclusion and stifles any possibility of debate and discussion on such matters.

As a member and former coordinator of the “Projeto Ubuntu” (Ubuntu Project) by the Brazilian Society of Psychoanalysis of Porto Alegre –a social scholarship program for the training of Black and Indigenous psychoanalysts–, the author proposes that affirmative policies like this can serve as tools to confront unjust exclusion and the ensuing silence.

**Keywords:** racism, affirmative policies, whiteness, psychoanalytic institutions

---

## Referências

- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Du Bois, W. E. B. (2021). *As almas do povo negro* (A. Boide, Trad.). Veneta. (Trabalho original publicado em 1903)
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas* (S. Nascimento e R. Camargo, Trads.; 4a ed.). Ubu. (Trabalho original publicado em 1952)
- Faustino, D. (2022). *Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade*. Ubu.
- Freud, S. (1996). Sobre a transitoriedade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 14. A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)* (J. Salomão, Trad.; pp. 317-319). Imago. (Trabalho original publicado em 1916)
- Freud, S. (1996). Uma dificuldade no caminho da análise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 17. Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)* (J. Salomão, Trad.; pp. 147-153). Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 18. Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos (1923-1925)* (J. Salomão, Trad.; pp. 17-75). Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Green, A. (2022). *Por que as pulsões de destruição ou de morte?* (V. Dresch, Trad.). Blucher. (Trabalho original publicado em 2010)
- Harpócrates. (2021, 27 de julho). In *Wikipédia*. <https://bit.ly/44x1KWu>
- Harpócrates: o deus do silêncio. (2022). In *Mitos e lendas*. <https://bit.ly/44OZhXd>
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Paim, I. A., Filho. (2021). *Racismo: por uma psicanálise implicada*. Artes & Ecos.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1983)

---

## Eliane Grass Ferreira Nogueira

Endereço: Rua 24 de outubro, 1681, sala 24. Porto Alegre/RS.

CEP: 90510-001

Tel.: (51) 3333-0766

E-mail: elianenogueira@terra.com.br